

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 22 de julho de 2020 às 07h47
Seleção de Notícias

Correiobraziliense.com.br | BR

Pirataria

EUA acusa hackers chineses de tentar roubar dados sobre pesquisas da covid	3
<small>MUNDO AGÊNCIA FRANCE-PRESSE</small>	

G1 - Globo | BR

Pirataria

Polícia identificou 20 mil compras de aulas pirateadas por quadrilha do RJ; clientes podem responder por receptação	5
--	----------

Jota Info | DF

Propriedade Intelectual

Investimento do setor público em inovação: as encomendas tecnológicas (ETECs)	7
--	----------

Migalhas | BR

Arbitragem e Mediação

Meios alternativos de solução de conflitos: Compromisso de arbitragem nos contratos de consumo como solução para a atualidade	10
--	-----------

EUA acusa hackers chineses de tentar roubar dados sobre pesquisas da covid

MUNDO



(foto: CHIP SOMODEVILLA / GETTY IMAGES NORTH AMERICA / Getty Images via AFP) Dois hackers chineses foram acusados de tentar roubar informações sobre projetos de vacina contra a COVID-19 e de violar a propriedade intelectual de empresas nos Estados Unidos e em outros países, informou o Departamento de Justiça americano nesta terça-feira (21).

Li Xiaoyu, de 34 anos, e Dong Jiazhi, de 33, também foram acusados de ataques a ativistas de direitos humanos dos Estados Unidos e de Hong Kong, segundo o assistente do procurador geral para a Segurança Nacional, John Demers, durante coletiva de imprensa em Washington, DC.

Supõe-se que os hackers estejam na China, fora do alcance da polícia americana.

Segundo a acusação, que tinha sido mantida em sigilo até agora, os dois hackers são culpados de "ter entrado de forma fraudulenta em computadores de todo o mundo e roubado terabytes de dados".

Demers explicou que os ataques tiveram como alvo empresas em dez países ocidentais, inclusive Estados Unidos, Austrália, Reino Unido, Alemanha e

Bélgica, e "centenas de companhias, governos, organizações não governamentais e dissidentes, clérigos e ativistas democráticos e dos direitos humanos nos Estados Unidos e no exterior, inclusive Hong Kong e China".

Além disso, a acusação assegura que os dois homens forneceram às autoridades do seu país, entre outros dados, e-mails trocados por um dissidente chinês com o escritório do líder religioso tibetano Dalai Lama, e a senha de acesso ao e-mail pessoal de um ativista de Hong Kong. "Os crimes cibernéticos dirigidos pelos serviços de inteligência do governo chinês ameaçam não apenas os Estados Unidos, mas também o resto dos países que apoiam o jogo limpo, as normas internacionais e o Estado de Direito", declarou, por sua vez, o sub-diretor do FBI, David Bowdich.

O procurador federal William Hyslop expressou, por sua vez, que os hackers atacaram empresas em todo o mundo. "Os sistemas informáticos de muitas empresas, indivíduos e agências nos Estados Unidos e em todo o mundo foram invadidos e comprometidos, e há uma grande quantidade de segredos comerciais, tecnologias, dados e informações pessoais que foram roubados", denunciou Hyslop.

Segundo a investigação da justiça americana, os hackers se conheceram quando estudavam engenharia na China e juntos, a partir de 2009, roubaram segredos comerciais estimados em várias centenas de milhões de dólares. No entanto, até hoje não foram detidos.

Continuação: EUA acusa hackers chineses de tentar roubar dados sobre pesquisas da covid

Para praticar os crimes, eles aproveitaram falhas de segurança nos servidores e instalaram programas de informática maliciosos sem o conhecimento de suas vítimas, confiscando dados relacionados a satélites militares, painéis solares ou produtos químicos.

As autoridades não disseram se os dois homens conseguiram roubar dados do governo, mas também expressaram sua consternação pelos fatos. "Nos preocupa que esta **pirataria** ou tentativa de

pirataria retarde a investigação porque no caso de uma intrusão, a atenção se centra em encontrar um remédio para esta violação", reforçou Demers.

Polícia identificou 20 mil compras de aulas pirateadas por quadrilha do RJ; clientes podem responder por receptação



Operação contra quadrilha que pirateava cursos preparatórios tem 9 presos

A Polícia Civil do RJ levantou pelo menos 20 mil compras no perfil Concurseiro Paulista e afins, alvos da Operação Black Hawk. Nesta terça-feira (21), equipes prenderam nove pessoas no Rio e em Minas Gerais por **pirataria** de cursinhos preparatórios para concursos públicos e outros cursos de extensão.

Segundo o delegado Luiz Henrique Marques, da Delegacia da Criança e Adolescente Víctima (DCAV) quem comprou materiais hackeados pela quadrilha, como videoaulas, pode responder pelo crime de receptação, cuja pena vai até a quatro anos de reclusão.

"Se essas pessoas passaram em concurso público, podem ser reprovadas por falta de idoneidade moral, um requisito básico em qualquer certame", afirmou o delegado.

"Levantamos milhares de contas cadastradas no site investigado. Pelo IP, conseguimos chegar aos compradores", emendou Marques.

1 de 2; Lothar Alberto Rossmann, apontado como hacker, foi preso em MG -/p>

Lothar Alberto Rossmann, apontado como hacker,

foi preso em MG -/p>

Técnicas avançadas de hack e vários servidores

Em geral, videoaulas de cursinhos legais não podem ser baixadas e armazenadas no computador ou na nuvem particular dos alunos. As matérias são protegidas por criptografia.

O delegado explicou que escolas preparatórias mantêm os conteúdos em streaming; quando um concurseiro os acessa, o sistema coloca o CPF do matriculado no fundo em marca d'água - para inibir que se grave ou filme a tela, a fim de compartilhá-los.

Segundo as investigações, Lothar Alberto Rossmann usava conhecimentos avançados de Tecnologia da Informação para vencer a criptografia e baixar as videoaulas sem marca d'água.

Na sequência, a quadrilha oferecia os cursos inteiros em sites de compra e venda e dava acesso a pastas na nuvem para quem comprasse os pacotes pirateados.

A polícia afirma ainda que a quadrilha mantinha várias contas piratas anunciando as videoaulas roubadas, tanto para forjar concorrência, quanto para manter alternativas no ar quando os cursos legais conseguiam derrubar algumas delas.

A Operação Black Hawk

A Polícia Civil prendeu nove pessoas e cumpriu 19 mandados de busca e apreensão.

Segundo as investigações, a quadrilha invadia sistemas há pelo menos 20 anos e faturou R\$ 15 milhões anunciando apostilas e videoaulas pirateadas -- vendidas por valores menores.

Continuação: Polícia identificou 20 mil compras de aulas pirateadas por quadrilha do RJ; clientes podem responder por receptação

Os prejuízos das empresas cujo conteúdo foi hackeado chegam a R\$ 67 milhões. Os cursos pirateados eram para a área de segurança pública -- como Polícia Civil, Polícia Federal e Rodoviária Federal -- e para carreiras fiscais e jurídicas.

2 de 2; Alessandro Jesus Cabral, soldado PM; a mãe, Veronica de Jesus Conceição, e Antonio de Jesus Cabral, irmão de Alessandro e apontado como chefe da quadrilha -/figcaption>

Alessandro Jesus Cabral, soldado PM; a mãe, Veronica de Jesus Conceição, e Antonio de Jesus Cabral, irmão de Alessandro e apontado como chefe da quadrilha -/p>

Presos

Alessandro Jesus Cabral, soldado PM; Antonio de Jesus Cabral, irmão de Alessandro e apontado como chefe da quadrilha; Veronica de Jesus Conceição, mãe de Alessandro e Antonio, suspeita de ser laranja; Gilmar de Jesus da Costa; Caio Victor Oliveira

dos Santos; Nelson Faria Coelho Junior; Daniel Azevedo dos Santos; Leticia Adele Cardoso Rossmann; Lothar Alberto Rossmann -- apontado como o hacker que invadia páginas de cursos para roubar conteúdo.

Polícia Civil do RJ prende nove em operação contra piratas de cursinhos

Os suspeitos vão responder por associação criminosa, lavagem de dinheiro e crime contra a propriedade imaterial.

Segundo as investigações, os cursos preparatórios oficiais custavam entre R\$ 500 e R\$ 10 mil. A quadrilha os vendia por até 10% desse valor.

A polícia explicou ainda que Antonio usava parentes como laranjas. A mãe, Verônica, e o irmão, Alessandro, eram dois deles.

Investimento do setor público em inovação: as encomendas tecnológicas (ETECs)



Com utilização dessa modalidade de compras públicas, Brasil terá mais segurança para investir em **inovação** tecnológica Fachada do Palácio do Planalto / Crédito: Beto Barata/PR

De acordo com a edição de 2020 do Índice Global de Inovação (IGI), divulgada no dia 24/7/2019, pela Organização Mundial da **Propriedade** Intelectual (OMPI) em parceria com a escola de negócios Insead e a Universidade de Cornell, o Brasil ocupa o 66º lugar na lista de 129 países, atrás de todos países do BRICs, caindo duas posições em relação a 2018. Além disso, o Brasil registrou um declínio consistente no ranking do IGI, mantendo-se nas posições 60 e 70 na última década.



Segundo Bruno Lanvin, diretor executivo de índices globais da Insead e coautor do relatório, existem três obstáculos principais à inovação no país: falta de apoio fiscal consistente, falta de investimento em capacidade de longo prazo e número insuficiente de invenções patenteadas.

Com vistas a melhorar o desenvolvimento tecnológico do Brasil, por intermédio de maiores incentivos à pesquisa e desenvolvimento (P&D) no país, foi criada a modalidade de compra pública, denominada Encomendas tecnológicas (ETEC).

Para Rouen e Barbosa (2019, p. 15)[1], a encomenda tecnológica é **uma** compra pública voltada para encontrar solução para determinado problema por meio de desenvolvimento tecnológico. Ou, formalmente, () tipos especiais de compras públicas diretas voltadas a situações muito específicas nas quais exista risco tecnológico. São exemplos de possíveis utilizações de uma ETEC: uma nova vacina, um novo material, uma nova tecnologia, a junção de diversas tecnologias em um produto complexo, entre outros.

A legislação que dá suporte à essa desconhecida mo-



Continuação: Investimento do setor público em inovação: as encomendas tecnológicas (ETECs)



modalidade de compra pública é a seguinte: Lei nº 10.973/2004 (**Lei** da Inovação ou Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação); Lei nº 12.349/2010 (altera a Lei nº 8.666/1993 com a criação de dispensa a licitação dos casos previstos no art. 20 da Lei nº 10.973/2004); Lei nº 13.243/2016 (Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação); Instrução Normativa 5/2017, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (dispõe sobre as regras para contratação de serviços na Administração Pública federal) e o Decreto nº 9.283/2018, que prevê expressamente as Encomendas Tecnológicas.

Como se vê, a única legislação federal que trata especificamente do tema Encomenda Tecnológica é o Decreto nº 9.283/2018, nos artigos 27 a 33. Apesar desse normativo não tratar detalhadamente a respeito do assunto, ele pode ser considerado um grande avanço para o incentivo da política de tecnologia e inovação do país, pois apresentou novas condições para a utilização das ETECs.

Mesmo com essa novel legislação, essa modalidade de aquisição pública é muito pouco utilizada no Brasil. De acordo com o Estudo Atualização do Mapeamento das Encomendas Tecnológicas no Brasil [2] foram realizadas 75 contratações diretas de projetos de P&D semelhantes a uma Encomenda Tecnológica entre 2010 e setembro de 2019 (somando os períodos dos dois exercícios), em todo o Brasil, que totalizaram o montante de R\$ 330 milhões, a preços de 2019. Esse valor é muito baixo, visto que, segundo Ribeiro e Inácio Junior (2019) [3],

as compras federais da União (administração direta e indireta) somaram, apenas no ano de 2017, R\$ 324 bilhões.

Apesar disso, o mapeamento acima mencionado traz uma importante conclusão inédita: que o modelo de Encomendas Tecnológicas semelhante ao previsto no Decreto nº 9.283/2018 foi empregado sete vezes, nas três esferas de governo, desde a entrada em vigor desse normativo. Portanto, em que pese o grau de ousadia e inovação da legislação atual, aquele estudo comprova a possibilidade de emprego real dessa modalidade de aquisição em conformidade com a legislação vigente.

Do conjunto dessas aquisições realizadas em todo o Brasil, pode-se considerar que somente duas delas são de fato uma ETEC e seguem o Decreto nº 9.283/2018. As demais contratações foram dispensas de licitação com base no art. 24, inciso XXXI de Lei de Licitações. Essas duas Encomendas Tecnológicas de fato estão em andamento, de modo que muitos problemas e possíveis soluções jurídicas serão encontrados ao longo do desenvolvimento desses projetos.

Além da existência de somente duas ETECs ainda não concluídas no Brasil, o processo de contratação por essa modalidade de aquisição é complexo e contém diversas nuances quando comparado com os processos de contratações públicas comumente utilizados no país.

Dessa forma, nos próximos artigos, serão apresentadas as características de uma contratação por Encomenda Tecnológica, bem como os demais aspectos relevantes dessa modalidade de aquisição. Por conseguinte, tal instrumento se tornará mais conhecido dos gestores públicos e, consequentemente, poderá ser mais utilizado para o desenvolvimento de pesquisas de **inovação** tecnológica no Brasil.

[1] RAUEN, A. T.; BARBOSA, C. M. M. Encomendas tecnolo#769;gicas no Brasil: guia geral

Continuação: Investimento do setor público em inovação: as encomendas tecnológicas (ETECs)

de boas práticas. Brasília: Ipea, 2019.

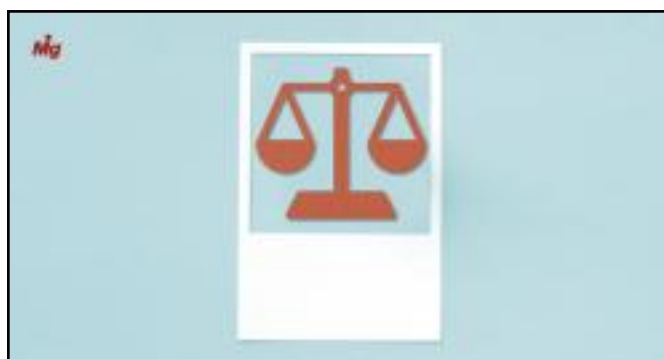
[2] RAUEN, A. T.; Atualização do Mapeamento das Encomendas Tecnológicas no Brasil. Brasília: Ipea, 2019.

[3] RIBEIRO, C. G.; INACIO, E. O mercado de compras go-

vernamentais brasileiro (2006-2017): mensuração e análise. Brasília: Ipea, 2019. (Texto para Discussão, n. 2476).

Arby Rech

Meios alternativos de solução de conflitos: Compromisso de arbitragem nos contratos de consumo como solução para a atualidade



t



t

Roberto Dutra de Amorim Junior Nosso sistema de justiça e nosso país no momento em que se encontram, apesar da existência de políticas que tentam viabilizar a aceleração dos julgamentos dos processos judiciais, necessitam da oportunidade de vislumbrarem mecanismos mais hábeis para solucionar os litígios do cotidiano, em especial as relações de consumo.

De forma geral, sempre admitiu-se a convivência pacífica do intervencionismo estatal ao lado da solução privada das lides, porém, urge a necessidade de que nossas normas se adequem a nova realidade social e econômica atualmente enfrentada, possibilitando a efetiva aplicação dos institutos da mediação e da arbitragem nas relações de consumo.

A aplicabilidade desses institutos tem a necessidade imperiosa, de se afirmar, que o nosso sistema do litigioso se tornou muito mais cultural do que necessário e não atende mais às expectativas dos cidadãos, demonstrando a real necessidade do desenvolvimento da mediação e principalmente da arbitragem, como instrumentos mais hábeis para solução de conflitos.

Deste modo, é totalmente possível a simetria entre o instituto da arbitragem e o Código de Defesa do Consumidor, com o intuito de vermos os litígios do cotidiano terem uma solução mais célere, adequada e justa para as partes envolvidas.

HISTÓRICO DA ARBITRAGEM BRASILEIRA:

A arbitragem foi instituída no Brasil, e ficou delimitada pela lei marco maciel (lei de arbitragem), esta norma pode e deve solidificar-se com a norma consumerista e com os contratos de adesão, por atender mais adequadamente às expectativas da so-

Continuação: Meios alternativos de solução de conflitos: Compromisso de arbitragem nos contratos de consumo como solução para a atualidade

cidade.

A primeira aparição do instituto da **arbitragem** em nosso sistema jurídico nacional, muito embora o seu desconhecimento, se deu na Constituição Imperialista de 1824, que dispunha o seguinte texto: "Art. 160. Nas causas cíveis e nas penais civilmente intentadas, poderão as partes nomear juízes árbitros. Suas sentenças são executadas sem recurso, se assim convencionarem as partes".

As constituições brasileiras posteriores silenciaram a esse respeito, surgindo novamente apenas na Carta Magna de 1988, onde diferentemente das outras Constituições, tratou-se expressamente de **arbitragem** no seu Art. 114, disciplinando a **arbitragem** seguindo a mais moderna filosofia sobre o assunto.

Após a Constituição de 1988, depois de longos quatro anos de tramitação no Congresso Nacional, nasceu a lei 9.307/96 regulamentando o instituto da **arbitragem**, considerada uma norma moderna e que deixou para trás a antiga disciplina de **arbitragem** vista no Código de Processo Civil de 1975, onde era completamente desprestigiada¹.

Além da agilidade e no imediatismo da **arbitragem**, necessária e capaz de responder com presteza a velocidade das negociações do mundo moderno, a via arbitral torna-se indispensável nas situações em que há continuidade do relacionamento, após a solução do conflito, pois, antes de tudo, a **arbitragem** tem como grande instrumento de resolução a **mediação**.

E esta **mediação** encontra respaldo em situações em que invariavelmente ocorrerão conflitos de consumo, seja no caso de fornecedores que se encontram em situação de monopólio de determinado segmento de mercado, seja para aqueles que embora enfrentando a concorrência precisarão sempre sair atraindo os consumidores para seus bens.

Dentre suas vantagens mais evidentes podemos des-

tacar a facilidade, a segurança, a tecnicidade, a rapidez, o sigilo e a economia.

Via de regra, a **arbitragem** é mais simplificada que o órgão jurisdicional, pois as partes podem eleger seus "juízes privados" dotados de poderes para impor uma solução satisfatória a todas as lides que envolvam direitos patrimoniais disponíveis sem que se recorra à força coercitiva do Estado. Seu objetivo não é como alardeiam alguns, de concorrer com a jurisdição estatal ou substituí-la, mas de tornar-se uma opção na solução de conflitos desafogando-a.

É a **arbitragem** um meio mais do que comum, usado a muito na Europa, Estados Unidos, Japão e outros países, para dirimir os conflitos. E na verdade um meio alternativo, as soluções dadas pelo Estado, e tem a mesma eficácia, das suas resultantes sentenças, onde não cabem recursos, e podem ser empregadas em todos os tipos de direitos patrimoniais disponíveis.

Carlos Alberto Carmona, prevê o crescimento dos números de adeptos da **arbitragem** à medida que suas potencialidades forem sendo descobertas e desenvolvidas².

Walter Ceneviva comenta que "a **arbitragem** será uma das soluções para desafogar os problemas judiciários. Está longe de nossas tradições, mas como diz Rezek, a situação em que vivemos é patológica, onde precisamos de novos rumos. Os antigos, apesar das velhas queixas, repetidas em decênios de monotonia, não resolveram a prestação jurisdicional e nem levam jeito de resolvê-la a curto prazo"³.

Fazendo um estudo comparativo da cláusula compromissória e a relação consumerista, temos o comentário do ilustre Professor Antônio Junqueira de Azevedo: "uma vez, porém, feito o compromisso e válido, sem abuso ao consumidor, a **arbitragem** que se segue terá, por sua vez, que ser decidida sem ferir as normas cogentes do CDC"⁴.

Continuação: Meios alternativos de solução de conflitos: Compromisso de arbitragem nos contratos de consumo como solução para a atualidade

De todo modo, acreditamos na possibilidade de realização de justiça quando utilizamos a **mediação** e a **arbitragem** como forma de resolução dos conflitos consumeristas. A possibilidade de maior celeridade já traz em si, a justiça, pois justiça tardia, não é justiça.

CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 9.307/96 E DA APLICAÇÃO NAS RELAÇÕES DE CONSUMO:

Ressaltando-se que, mesmo no campo privado da **arbitragem**, as normas a serem seguidas serão normas contidas no Código de Defesa do Consumidor, e isto, mesmo estando a cargo da justiça privada.

É facultado às partes, em qualquer contrato, convencionar que os litígios que possam surgir relativamente ao mesmo sejam submetidos à **arbitragem**, conforme dispõe o art. 4º, da Lei nº 9.307/96, mediante a inserção, no instrumento negocial ou em apartado (§ 1a), de cláusula compromissória⁵.

Para alguns doutrinadores, a principal crítica a lei 9.307/96, embora pertencente ao ordenamento jurídico pátrio, possui o vício insanável da ofensa ao princípio magno da inafastabilidade da jurisdição previsto no artigo 5º, inciso XXXV, do Diploma Maior.

É fato que a utilização da via arbitral desloca a competência de julgamento da causa para fora do Poder Judiciário.

Todavia, a discussão enfrentada por juristas de envigadura vem se esvaziando na exata medida em que a alegada inconstitucionalidade da lei reflete o pensamento minoritário de nossa literatura jurídica e jurisprudencial.

Nelson Nery Júnior, apoiado nas lições de José Frederico Marques, Pontes de Miranda, Hamilton de Moraes e Barros, Erwin Marx e até decisão da Corte Constitucional italiana, nos revela porque a

arbitragem não significa renúncia ao direito de ação, tampouco viola o princípio do juiz natural: "A escolha pelas partes de um árbitro para solucionar as lides existentes entre elas não significa renúncia ao direito de ação nem ofende o princípio constitucional do juiz natural. Com a celebração do compromisso arbitral as partes apenas estão transferindo, deslocando a jurisdição que, de ordinário, é exercida por órgão estatal, para um destinatário privado. Como o compromisso só pode versar sobre matéria de direito disponível, é lícito às partes assim proceder"⁶.

De fato, a proibição constitucional (art. 5º, XXXV) veda que a lei (e não as partes) exclua alguma questão da apreciação do judiciário, todavia, se as partes decidirem deslocar a jurisdição e eleger a **arbitragem** para solucionar um conflito envolvendo direito patrimonial sob sua esfera de disponibilidade não haverá qualquer óbice legal ou constitucional.

Devemos ainda lembrar que a lei 9.307/96, em seu art. 33 dá aos interessados, a possibilidade de acesso ao judiciário para que a sentença arbitral, quando eivada de vícios, seja declarada nula. Além disso, somente o judiciário estatal poderá executar a sentença arbitral.

Patrícia Galindo da Fonseca destaca:

"A lei é expressa ao identificar o árbitro como juiz de fato e de direito em seu dispositivo 18º. Em respeito ao princípio constitucional da não exclusão pela lei da apreciação da lesão ou ameaça a o direito pelo Poder Judiciário, assegura-se às partes a possibilidade de rever o laudo arbitral em ação de nulidade ou embargos de devedor, conforme preceituado no art. 32 e 33 parágrafo 2º. (...)."

Sendo possível que se travem infundáveis discussões sobre esta matéria, parece mais prudente, no exame que se segue, levar em conta a possibilidade de que venha a prevalecer à admissibilidade da **arbitragem** nas relações consumeristas porque em sua grande maioria são direitos disponíveis.

Continuação: Meios alternativos de solução de conflitos: Compromisso de arbitragem nos contratos de consumo como solução para a atualidade

As relações jurídicas no Brasil, quando levadas para o campo das relações de consumo, tem uma significativa proteção, embasada no CDC, quando falamos em arbitrabilidade das relações de consumo, falamos no envolvimento de forças que se declaram desiguais, há a possibilidade de arbitramento destas relações, sem maculação.

Pois bem, uma primeira observação a ser feita é que não há na Lei 8.078/90, seja no artigo mencionado, seja em qualquer outro, restrição a essa via alternativa (privada) de solução de litígio.

A professora Selma M. Ferreira Lemes responde a esta indagação com propriedade:

"Assim, com serenidade e utilizando da melhor hermenêutica, à luz dos direitos nacional e comparado, é que haveremos de concluir que a **arbitragem**, observando os requisitos necessários, é meio hábil de solução de conflitos de consumo e pode ser incentivado e utilizado na sociedade"⁷.

Há na norma legal brasileira a permissão da aplicação de **arbitragem** (e **mediação**), quando existe a disponibilidade do direito submetido ao litígio e a sentença do árbitro. Pois as questões consumeristas são indiscutivelmente de caráter cogente (art. 1º da Lei 8.078/90).

Na verdade, temos a certeza que o procedimento arbitral é aplicável nas relações de consumo, desde que estejamos diante de um "direito patrimonial disponível", que não caiba ao potencial proprietário do direito, a indisponibilidade deste, pois se houver indisponibilidade do direito, a relação não poderá emergir na esfera da **arbitragem**.

Antônio Junqueira de Azevedo, em artigo intitulado A **Arbitragem** e o Direito do Consumidor, propõe-se a solucionar a questão do aparente conflito entre a Lei de **Arbitragem** que permite a inserção de cláusula compromissória nos contratos de adesão e o Art. 51 inc. VII, do CDC. Em suas conclusões o dou-

trinador conclui pela arbitrabilidade das questões que envolvem consumo, com a ressalva de que deva ser instituída por compromisso e não por cláusula compromissória ante a vedação imposta pelo art. 51 inc. VII, do CDC: "Como adiantamos, a Lei de **Arbitragem** nada alterou no Código de Defesa do Consumidor, sobre os direitos do consumidor. Perante a lei protetiva, o quadro era, e é, pois, o seguinte: o compromisso entre consumidor e fornecedor, desde que sem abuso deste sobre aquele, é permitido; a cláusula compromissória, inversamente, tem presunção absoluta de abusividade e é proibida (art. 51, VII)⁸.

Nelson Nery, alinhado com este entendimento, após esclarecer que os contratos de consumo podem ser de adesão ou não, deixa claro que o art. 51 inc. VII (88), do CDC, não é incompatível com o art. 4º, §2º, da Lei de **Arbitragem** e que ambas as leis sobrevivem vigentes e se completam: "Basta lembrar, por exemplo, que o CDC, art. 51, inciso VII, aplica-se apenas aos contratos de consumo, enquanto que o art. 4º, §2º aplica-se a todo e qualquer contrato de adesão: civil, comercial ou de consumo".

A Constituição Federal de 1988, no seu Art, 5º, inciso XXXII, contém a seguinte determinação legal: "O Estado promoverá na forma da Lei a Defesa do Consumidor", por este motivo é que se germinou o Código de Defesa do Consumidor, Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990, por determinação da CF. Bem como a Lei de **Arbitragem** 9.307/1996 dotada de procedimento capaz de viabilizar o mandamento constitucional da defesa do consumidor e o princípio da alternatividade da solução dos conflitos.

A grosso modo, e no afã se concluir simetricamente os motivos acima elencados de validade e eficácia da cláusula compromissória de **arbitragem** inseridas no contrato de adesão, afirmamos que, tem competência absoluta o juízo arbitral, para a **mediação** e a solução dos conflitos quando de direitos disponíveis, em face de cláusula compromissória de **arbitragem**, instituída nos contratos de adesão.

Continuação: Meios alternativos de solução de conflitos: Compromisso de arbitragem nos contratos de consumo como solução para a atualidade

Portanto, atendido os requisitos exigidos pelo Legislador, não há o que se falar em inconstitucionalidade ou em desrespeito ao Art. 51, inciso VII, do CDC, pois, contem todo formalismo necessário para a sua validade.

Assim outro caminho não há, para os Julgadores, se não declararem perfeito e constitucional o instituto processual ora em comento mesmo quando aplicados sob o regime do CDC.

CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e Processo um comentário à lei 9.307/96, FIGUEIRA, Joel Dias, Arbitragem, Jurisdição e Execução, KROETZ, Tarcísio Araújo. Arbitragem, Conceito e Pressupostos de Validade.

FIGUEIRA, Joel Dias. Arbitragem, Jurisdição e Execução.

CARMONA, Carlos Alberto. Gazeta Jurídica. 05.06.98.

CENEVIVA, Walter. Folha de São Paulo. 2.11.98.

CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e Processo um comentário. à lei 9.307/96.

DA FONSECA, Patrícia Galindo. Passos Concretos para Desenvolver a Arbitragem no Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

<http://www.dct.mre.aov.br/e-CQmmerce/pgf.doc>

AZEVEDO, Antônio Junqueira. A Arbitragem e o Direito do Consumidor. In Revista de Direito do Consumidor.

1 - CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e Processo um comentário a Lei 9.307/96.p.17. 2- CARMONA, Carlos Alberto. Gazeta Jurídica. 05.06.98,p.07. 3- CENEVIVA, Walter. Folha de São Paulo.2.11.98. 4- AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Arbitragem e o Direito do Consumidor. In revista de Direito do Consumidor,p.38. 5- Lei de Arbitragem: 9.307/96-art.4°. 6- NELSON, Júnior, Nery e NERY, Rosa Maria Andrade. Código Processo Civil Comentado. P.1733. 7- MARTFNS. Pedro A. Batista; LEMES. Selma M. Ferreira; CARMONA, Carlos Alberto. Aspecíós Fundamentais da Lei de Arbitragem. P. 135. 8- AZEVEDO, Antônio Junqueira . A Arbitragem e o Direito do Consumidor. In Revista de Direito do

Consumidor, 23-24,1997. p.38.

* Roberto Dutra de Amorim Júnior é advogado do sindicato dos policiais Federais em Pernambuco. Especialista em Direito Civil e Consumidor.

Índice remissivo de assuntos

Pirataria

3, 5

Propriedade Intelectual

7

Inovação

7

Arbitragem e Mediação

10